

**Programa bolsa família e mobilidade social: uma proposta de uma investigação****Family fellowship program and social mobility: a proposal for an investigation**

Recebimento dos originais: 04/04/2018

Aceitação para publicação: 07/05/2018

**Isis Arantes Maciel de Souza**

Mestre em Ciências Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Endereço: Av. São Paulo, nº 3.996, Vila Rosário. Ibité/MG

E-mail: isis.arantes@uemg.br

**Laura Maria Braga**

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Endereço: Av. São Paulo, nº 3.996, Vila Rosário. Ibité/MG

E-mail: lauraah.1994@hotmail.com

**Lorena Caroline Rodrigues**

Graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Endereço: Av. São Paulo, nº 3.996, Vila Rosário. Ibité/MG

E-mail: lcr.rodrigues77@gmail.com

**Patrícia da Silva Marques Catalaneo**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Endereço: Av. São Paulo, nº 3.996, Vila Rosário. Ibité/MG

E-mail: pcatalneo@gmail.com

**Ariana S Nepomuceno de Brito Gati do Nascimento**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Endereço: Av. São Paulo, nº 3.996, Vila Rosário. Ibité/MG

E-mail: ariananepo10@gmail.com

**Luiza Fernanda Nascimento**

Graduanda em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Instituição: Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)

Endereço: Av. São Paulo, nº 3.996, Vila Rosário. Ibité/MG

E-mail: luizafernanda240@gmail.com

**RESUMO**

O cenário brasileiro ao longo de sua história apresentou – e apresenta – um contexto de acentuada desigualdade social, onde enorme parte da população encontra-se em situação de pobreza. A perpetuação dessa pobreza em gerações seguintes é um desdobramento problemático e complexo para a política de combate à desigualdade no Brasil. Diante deste contexto, o objetivo deste artigo é discutir e elaborar perguntas sobre interrupção do ciclo da pobreza e sobre portas de saída, considerando o Programa Bolsa Família.

**Palavras-chave:** Bolsa família; Brasil; mobilidade social.

**ABSTRACT**

The Brazilian scenario throughout its history presented - and presents - a context of marked social inequality, where a large part of the population is in a situation of poverty. The perpetuation of this poverty in succeeding generations is a problematic and complex development for the policy of fighting inequality in Brazil. Given this context, the objective of this article is to discuss and elaborate questions about the interruption of the poverty cycle and about exit doors, considering the Bolsa Família Program.

**Keywords:** Bolsa família; Brazil; social mobility.

**1 INTRODUÇÃO**

O Brasil possui desigualdade econômica resistentemente alta, pobreza alarmante e escolaridade muito baixa afirma Kerstenetzky (2009) se valendo de dados dos anos de 2005 a 2007. Esses atributos de caráter excludentes, enraizados em uma sociedade hierárquica do ponto de vista social, nos levou a ser um caso de destaque entre os países socialmente mais desiguais, em que pese sua posição entre as maiores economias do planeta. Essa pobreza se torna ainda mais potente e perversa por sua perpetuação entre gerações. A perpetuação dessa pobreza em gerações seguintes é um desdobramento problemático e complexo para a política de combate à desigualdade, por gerar constante estado de injustiça social no Brasil. Durante os anos 90 aproximadamente um quarto da população brasileira vivia abaixo da linha da miséria, refletir sobre tal questão fez surgir inquietação teórica a respeito do potencial dos programas de transferência de renda com condicionalidades e motivou este trabalho. Diante de fatores como interrupção do ciclo da pobreza e portas de saída esse artigo articula categorias analíticas distintas, porém relacionadas, e elabora questões capazes de analisar o Programa Bolsa Família a luz dos processos de mobilidade social.

**2 A NATUREZA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Em outubro de 2003, pelo governo Lula, foi editada a Medida Provisória N°132 que instituiu o Programa Bolsa Família. Tal programa consiste em uma ação de transferência de renda com condicionalidades e é destinado às famílias pobres e extremamente pobres. De acordo com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), estas condicionalidades reforçam o acesso aos direitos sociais básicos e contribuem para que as famílias consigam romper o ciclo de pobreza entre gerações. Como medida de curto prazo o Bolsa Família tem como característica a transferência de dinheiro às famílias pobres para aliviar os efeitos imediatos da pobreza, assim as famílias passam a ter condições mínimas para aquisição de bens e serviços básicos para a subsistência. A longo prazo, o programa possui as condicionalidades educação e saúde que tem como propósito enfrentar os mecanismos de reprodução da pobreza. A condicionalidade educação consiste na exigência de frequência escolar mínima para as crianças e jovens das famílias atendidas pelo programa, estabelecida com intuito de romper o chamado ciclo intergeracional da pobreza. A transferência de recursos às famílias tem como objetivo principal o alívio ou atendimento imediato das principais manifestações da insuficiência de renda, como a fome e necessidades básicas de subsistência.

Em 2004, através da lei 10. 834 e regulamentação via o Decreto n° 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004a), que regulamenta o Programa Bolsa Família, o então Presidente Lula implementou no Brasil uma das maiores experiências de transferência de renda com condicionalidades do mundo, em termos de escala populacional, o Programa Bolsa Família. O programa é estruturado em três eixos: 1) transferência de renda, 2) condicionalidades e 3) programas complementares. O primeiro eixo tem como objetivo promover o alívio imediato da pobreza. O segundo eixo são as condicionalidades previstas na lei, que representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios, ou seja, são compromissos assumidos pelas famílias e pelo poder público para que os beneficiários sejam atendidos por serviços de educação, saúde e assistência social, ou seja representa reforço ao acesso a direitos sociais básicos. Enquanto o terceiro eixo são programas complementares que visam o desenvolvimento das famílias para superação da situação de vulnerabilidade (SILVA, 2013).

De acordo com Silva (2013) ao completar quatro anos em outubro de 2007, o Bolsa Família atendia 45,6 milhões de brasileiros. Em março de 2013, já eram atendidas 13.872.243 famílias, o que pode representar 55.488.972 pessoas, se considerada uma média de 4 pessoas por família, o que corresponde a um quarto da população brasileira, segundo dados do MDS. O programa possui como

instrumento de identificação socioeconômica, o Cadastro Único, e é designado para as famílias de acordo com as diferentes características de cada uma delas.

Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família em relação a seus beneficiários são colocados no decreto

#### *5.209. CAPÍTULO I*

#### *DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES*

#### *Seção I*

*Art. 4o Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são:*

*Promover o acesso à rede de serviços públicos, especialmente da Saúde, Educação e Assistência Social.*

*Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional.*

*Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.*

*Combater a pobreza.*

*Promover a intersetorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do poder público.*

Como afirmam Zimmermann, & Espínola, (2015), essa política social é motivo de divergências na literatura, seja por suas premissas, seja no que tange a diminuição da pobreza, o valor do benefício, a exigência das condicionalidades, os erros de inclusão, o beneficiamento político, as portas de saída. Soares, Ribas e Osório (2010) constataram que o Bolsa Família contribuiu para a redução da desigualdade e da extrema pobreza no Brasil. Outros dados também mostram sucesso no objetivo imediato do programa. Entretanto, existe debate sobre a interrupção da pobreza. Para parte da literatura há pouca eficiência quanto à mobilidade social, pois o programa não tem aparato adequado para qualificação profissional, oferta de empregos e oportunidades de geração de renda.

### **3 A LITERATURA: AVANÇOS, LIMITES E POSSIBILIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA**

Há argumentos que apontam que apesar do Bolsa Família aumentar a permanência dos filhos dos beneficiários na escola, ele possui várias fragilidades para uma política que se propõe, em longo prazo, superar o ciclo intergeracional da pobreza. A discussão sobre a possibilidade é considerada por Lazani (2011) paradoxal, pois o programa reduz a pobreza e a miséria extrema, mas sozinho é incapaz de produzir transformações mais substanciais a médio e longo prazo. Vaitsman et al. (2007) ressalva que a melhora em indicadores deve resultar, num futuro próximo, na melhora da progressão escolar das crianças, entretanto, essa transformação nas expectativas somente produzirá mudanças sociais mais concretas se for acompanhada de mudanças qualitativas no nível das escolas frequentadas pelas parcelas mais pobres da população.

Em perspectiva analítica, Bichir (2010) questiona as potencialidades e as limitações do Programa Bolsa Família em termos de seus impactos sobre a redução da pobreza e da desigualdade, acreditando que o debate deve apontar para a necessidade de articulação do Programa com outras políticas — saúde, educação, geração de emprego e renda, entre outras. Essas outras políticas questionadas por Bichir (2010) são outros programas sociais, localizados em outros ministérios, que deveriam complementar o Bolsa Família. Essa complementação se dá para promover o desenvolvimento de capital humano e estimular a autonomização das famílias beneficiárias.

Bocca e Magalhães (2012) afirmam que, apesar do objetivo oficial, o programa ainda falha em dar efetivas respostas à problemática da pobreza e da exclusão social em consequência da ausência de articulação entre a transferência de renda e a participação de beneficiários em outros programas estruturantes. Para Silva (2013), esses Programas Complementares visam o desenvolvimento das famílias para superação da situação de vulnerabilidade. São exemplos de Programas Complementares ao Programa Bolsa Família: Programa Brasil Alfabetizado, ProJovem, Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, Programa Nacional de Agricultura Familiar, Programas de Microcrédito do Banco do Nordeste, Tarifa Social de Energia Elétrica, Programa Luz para Todos, Plano Setorial de Qualificação (Planseq), entre outros.

### **4 A CONDICIONALIDADE EDUCAÇÃO**

De acordo com pesquisa realizada com beneficiários, a maior parte do dinheiro recebido pelas famílias são gastos em alimentação (76,4%), material escolar (11,1%) e roupas e calçados (5,4%) (PAES-SOUSA & VAITSMAN, 2007). Para Campos Filho (2007), esses são dados

reveladores e mostram que o objetivo de atenuar, de maneira imediata, as principais manifestações da pobreza foi atingido. Entretanto, o autor destaca que é necessário considerar até que ponto a transferência monetária mensal às famílias cumpre apenas o objetivo de curto prazo ou se, indo além, oferece elementos indicadores de outros possíveis efeitos, que apontem para a possibilidade de superação da situação de pobreza.

Kerstenetzky (2009) aponta que os serviços sociais no Brasil são precários e estão congestionados, por isso são despreparados para oferecer esperança crível de emancipação às gerações futuras da condição de pobreza de suas famílias. Sobre os indicadores escolares dos recipientes do Bolsa Família há aumento da frequência escolar, entretanto o desempenho escolar dessas crianças é mais baixo do que o de crianças que estão fora do programa. Monnerat et al. (2007) argumentam que provavelmente o Bolsa Família provoca efeitos positivos do ponto de vista da ampliação do acesso à educação e saúde para a população que, historicamente, apresenta baixo poder de utilização destes serviços. Como também é provável que um contingente não desprezível de crianças que nunca tinham frequentado a escola, pela via do Programa Bolsa Família, passou a frequentar. Os dois efeitos são esperados da implementação das condicionalidades na opinião dos autores. Entretanto, eles ainda apontam, se o incentivo do governo federal para o acompanhamento das condicionalidades se resumir ao financiamento há o risco de disseminação de uma concepção restrita da questão, cuja consequência é apenas o desenvolvimento do controle da frequência escolar.

Morán (2003), influenciado pela teoria de Bourdieu (2005), afirma sobre a existência de um mecanismo de reprodução da pobreza entre gerações, onde crianças nascidas em famílias de baixa renda e baixa escolaridade são criadas por pais que não dispõem de meios necessários para atender às suas necessidades de desenvolvimento, incluindo nutrição, estímulos cognitivos, redes de relacionamento social. Tais crianças, com frequência, não conseguem desenvolver as capacidades necessárias ao aprendizado, resultando em repetência, defasagem ou evasão do sistema educacional. No futuro, já adultas, em razão de sua baixa qualificação educacional original e, conseqüentemente, falhas no desenvolvimento de habilidades e competências demandadas pelo mercado de trabalho, muito provavelmente, sofrerão as mazelas do desemprego ou terão de se submeter a ocupações precárias e mal remuneradas. Ou ainda pior: afastadas do mercado, sobreviverão em situações de marginalidade.

Existem ainda, evidências de que um dos aspectos do Bolsa Família, a condicionalidade educação, que se restringe em obrigatoriedade da frequência escolar, parece não se traduzir em real mudança na trajetória escolar das crianças pobres. Ou seja, apenas frequentar a escola não parece

suficiente para alterar o quadro educacional das futuras gerações e alterar a pobreza (SILVA, 2011). Quando se abandona o enfrentamento da questão relacionada a qualidade do ensino oferecido, não é possível entender programas de transferência de renda como programas de política educacional. Oliveira et al. (2007) ressalva que a melhora em indicadores deve resultar, num futuro próximo, na melhora da progressão escolar das crianças. Entretanto, devemos argumentar que essa transformação nas expectativas somente produzirá mudanças mais concretas se for acompanhada de mudanças qualitativas no nível das escolas frequentadas pelas parcelas mais pobres da população.

Oliveira e Duarte (2005) questionam o fato do Programa Bolsa Família (assim como quase todos os programas de transferência de renda na América Latina) assumir que a participação dos alunos na escola é uma condição suficiente para a aprendizagem, sem considerar o que realmente acontece no interior da escola, principalmente ao se observar a baixa proficiência dos estudantes das escolas públicas brasileiras.

## **5 OS PROGRAMAS COMPLEMENTARES**

Diversos autores afirmam que o Bolsa Família deveria funcionar como porta de entrada das famílias beneficiárias para outros programas sociais (Monnerat et al., 2007). Entretanto, as ações complementares não estão dentro do Bolsa Família, como também não se subordinam a ele. Os Programas Complementares se constituem como elemento de integração e de articulação de diferentes ações públicas que possam, ao chegar de forma integrada às famílias pobres, contribuir para o desenvolvimento de suas capacidades e para a ampliação de suas possibilidades de escolha, com impacto na inclusão social dos indivíduos e núcleos familiares. Dentre os Programas Complementares mais significativos em curso, merecem destaque aquelas das áreas de geração de trabalho e renda e qualificação profissional, de aumento da escolaridade e ampliação do acesso ao conhecimento, de melhorias nas condições habitacionais, dentre outras, que visam o desenvolvimento das famílias beneficiárias do Bolsa Família (MDS, 2004).

Pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, por Silva et al. (2013) e por Magalhães et al. (2007), revelam que a ausência de programas complementares é um problema que abrange vários lugares do Brasil. As sinalizações de parte significativa da literatura apontam que são nesses programas que estão a possibilidade de reversão de algumas condições estruturais de pobreza. Destaca-se que a maior fragilidade do Bolsa Família está na ausência, a nível federal, de induções financeiras específica para a implementação desses

programas complementares, como ocorre para o acompanhamento das condicionalidades e para qualificação do CADÚNICO (Bocca, 2012).

Monnerat et al. (2007) afirmam que a adoção de Programas Complementares é apenas recomendada, ou seja, essas ações não integram o conjunto de condicionalidades imposto pelo Bolsa Família, fato que levanta questões sobre o alcance das contrapartidas como estratégia de inclusão social, tal como enunciado em documentos oficiais. Enquanto, Bocca e Magalhães (2012) argumentam que desde a criação do Bolsa Família vários dispositivos legais explicitam a necessidade do adensamento de políticas públicas voltadas às famílias, dispondo também sobre a alocação de recursos e sobre as atribuições dos entes federados enquanto articuladores com órgãos e com instituições, governamentais ou não-governamentais, para o fomento da implementação de programas complementares. As autoras destacam que investigações em torno da implementação e do alcance dos mesmos ainda são escassas.

## **6 MOBILIDADE SOCIAL**

A discussão sobre mobilidade social entra para nosso argumento a fim de discutirmos o inciso III do decreto 5.209: *Estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza.*

Draibe (2006) traz ao debate das políticas sociais uma perspectiva analítica que propõe pensarmos economia e política social conjuntamente. De acordo com a autora, a formulação mais sofisticada dessa vinculação encontra-se no pensamento keynesiano que elabora sobre um círculo virtuoso, onde os fatores econômico e social se inscrevem em uma dinâmica de crescimento econômico e desenvolvimento social. Tal perspectiva destacou as capacidades dos sistemas de política social em promover e facilitar o crescimento econômico simultaneamente ao desenvolvimento social.

Os argumentos expostos por Draibe (2006) nos inspiram a pensar sobre a mobilidade intergeracional ao longo da vida adulta de uma pessoa, o que significa refletir sobre as oportunidades que ela teve de afastar-se da realidade ocupacional de seus pais. A literatura discute e diverge sobre o que deve ser considerado como mobilidade intergeracional, apontando como possibilidades mobilidade em termos de renda familiar, níveis de educação, status ocupacional, entre outros. Ribeiro (2007) define que análises sobre mobilidade social comparam a classe da família onde as pessoas cresceram, definida pela ocupação dos pais, com a posição de classe que alcançam na vida adulta definida pela ocupação dessas pessoas e que a falta de recursos

educacionais dificulta a mobilidade social, porque a escolarização pode ser uma das principais vias de ascensão social e de superação de desvantagens herdadas.

Goldthorpe e Erickson (1993) *apud* Ribeiro (2007) argumentam que o nível de desigualdade de oportunidades parece variar de acordo com o nível de desigualdade de condições e suas interpretações são definidas como a abordagem dos recursos. Esses recursos são o que os pais têm disponíveis para ajudar seus filhos a perseguir estratégias de mobilidade, desigualmente distribuídos entre as classes sociais, o que facilita ou dificulta as vantagens relativas de mobilidade social dos indivíduos. Tal abordagem sugere que os níveis de desigualdade de oportunidades, conforme indicações das taxas relativas de mobilidade social, podem mostrar variação temporal ou nacional na medida em que estão associados a mudanças correspondentes no grau de desigualdade de condições (GOLDTHORPE, 2000). A abordagem dos recursos é crucial neste trabalho ao trazer para o debate dois argumentos: 1) apenas desenvolvimento econômico não é suficiente para a redução das desigualdades de condições e recursos 2) somente as políticas sociais diretamente focalizadas na diminuição destas desigualdades são capazes de modificar consistentemente o nível de fluidez social.

Para Scalon et al. (2009), a desigualdade é a marca mais expressiva de nossa sociedade e se caracteriza por uma natureza multidimensional, multifacetada e estável. Esses fatores, fazem o Brasil ser de extrema importância para a análise de condições em que as desigualdades surgem e se reproduzem historicamente, o que leva a uma discussão sobre quais são as condições necessárias para que as oportunidades sejam bem distribuídas. A autora fala sobre os desafios e a necessidade de explicar a permanência das desigualdades, e em algumas circunstâncias até mesmo seu aprofundamento. A autora também afirma que o Brasil é um país de contrastes, que tem a desigualdade como sua principal característica. Um PIB como o brasileiro aponta que a pobreza na qual vive grande parte da população só pode ser entendida como resultante da desigualdade de distribuição de recursos. A autora destaca o fato que no Brasil o crescimento urbano ter-se dado em ritmo mais acelerado do que o desenvolvimento industrial, o que resulta na incapacidade de absorção de mão de obra, provocando, conseqüentemente desemprego e subemprego. Deve-se ainda considerar a concentração fundiária.

Outra contribuição de Scalon et al. (2009) é sua análise sobre o indicador educacional brasileiro. A autora afirma que educação se relaciona com qualidade de vida dos indivíduos, sua saúde e até grau de associativismo, por isso o nível de escolarização constitui informação essencial para o conhecimento da distribuição de recursos e de oportunidades em um país.

**7 DISCUSSÕES FINAIS**

O resultado desse trabalho se tece diante da mobilização das teorias expostas, que geram o seguinte questionamento: é possível algum tipo de mobilidade social ser acionada por uma política pública de transferência de renda como o Programa Bolsa Família? Seriam as condicionalidades propostas pelo programa capazes de impactar sobre a mobilidade? Ter ou não ter acesso aos programas complementares impactam sobre mobilidade? Assim, nossas conclusões são o questionamento sobre as mudanças que podem ter ocorrido após determinado período de existência do Programa Bolsa Família. Perguntas como quantas famílias já devolveram voluntariamente o Bolsa e qual foi e é o destino ocupacional dessas famílias que fizeram essa devolução também nos interessam.

**REFERÊNCIAS**

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novos estud. - CEBRAP* [online]. 2010, n.87

Bocca, C ; Magalhães, R. . Pobreza e Política Social: a implementação de Programas Complementares do Programa Blsa Família. *Ciência e Saúde Coletiva (Impresso)* , v. 17, p. 12151224, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRASIL. Lei n o 10.836, de 9 de janeiro de 2004.

Campos Filho, A. Claret. (2007). *Transferência de renda com condicionalidades e desenvolvimento de capacidades: uma análise a partir da integração dos programas Bolsa Família e Vida Nova no Município de Nova Lima*. Rio de Janeiro: s.n., 2007.

Draibe, Sônia M., and G. Hochman. 2007. “Estado de Bem-Estar, Desenvolvimento Econômico E Cidadania: Algumas Lições Da Literatura Contemporânea.” *Políticas Públicas No Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 27–64.

FAHEL, M. C. X. ; CABRAL, BRUNO ; MORAES, T. . O efeito da condicionalidade-educação do Programa Bolsa Família em Minas Gerais: uma avaliação por meio da PAD/MG. *Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação*, v. 2, p. 4-25, 2011.

KERSTENETZKY, C. L. . Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. Dados (Rio de Janeiro) , v. 52, p. 53-83, 2009.

LAZANI, Rodrigo. Programas de transferência de renda: autonomia versus assistencialismo. Campinas. 2011. 128p. Dissertação de mestrado. Programa de Pósgraduação em Sociologia. Instituto de Filosofia, Universidade de Campinas, Campinas, 2011.

Magalhães R, Burlandy L, Senna MCM. Desigualdades sociais, saúde e bem-estar: oportunidades e problemas no horizonte de políticas públicas transversais. CienSaudeColet 2007; 12(6):1415-1421.

MALHOTRA, N. Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada, 2006.

MONNERAT, G. L. ; SENNA, M. ; SCHOTTZ, Vanessa ; MAGALHÃES, Rosana ; BURLANDY, Luciene . Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do programa Bolsa Família. Ciência e Saúde Coletiva (Impresso) , v. 12, p. 1453-1462, 2007.

MORÁN, Ricardo, 2003. Escaping the poverty trap: investing in children in Latin America. Washington: Inter American Development Bank. OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza. Perspectiva. v. 23, n. 02, p. 279-301. Florianópolis, jul./dez. 2005.

MOREIRA, A. R.C.F. ; DATHEIN, R. ; LIMA, E. F. ; OLIVEIRA, A. A. . Políticas e programas de combate à pobreza e desenvolvimento de capacidades humanas: uma análise comparativa dos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul. In: III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre Abordagem das Capacitações e Desenvolvimento Humano, 2010, Porto Alegre. III ALCADCECA - III Conferência Latino Americana e Caribenha sobre a Abordagem das Capacitações e do Desenvolvimento Humano Promovendo Agência, Empoderamento e Democracia. Porto Alegre: PUCRS, 2010. NORDESTE - Anais. Salvador: Biblioteca Anpae, 2014. v. 8. p. 1-200.

OLIVEIRA, L. C. S. . Programa Bolsa Família: efeitos no desempenho escolar de estudantes beneficiários no município de Feira de Santana-Ba. In: VIII SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO NORDESTE, 2014, Salvador. VIII SEMINÁRIO REGIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO

PAES-SOUSA, R.; VAITSMAN, J. (Org.). Metodologias e instrumentos de pesquisas de avaliação de programas do MDS: Bolsa Família, Assistência Social, Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: MDS: SAGI, 2007

Ribeiro, Carlos Antonio Costa. Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil. Bauru, SP; Edusc, 2007.

Scalon, Maria Celi, Clara Araújo, Eduardo Cesar Marques, and Maria Aparecida de Oliveira. 2009. Ensaio de Estratificação. Argumentum.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e . Introdução. O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí. 2ed.Cortez: São Paulo, 2013, v. 1, p. 13-24.

VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Romulo (orgs.). Primeiros resultados da análise da linha de base da pesquisa de avaliação de impacto do Programa Bolsa-Família. Avaliação de Políticas e Programas do MDS – resultados. Brasília: SAGI/MDS, 2007. Veras MPB 1999. Notas preliminares sobre exclusão social, um problema brasileiro de 500 anos, pp. 13-46. In MPB Vêras (org.). Por uma sociologia da exclusão social. O debate com Serge Paugam. EDUC, São Paulo.